



12/12/2019 07:24 - Em Rondônia, PF deflagra simultaneamente as Operações Eneagrama e Ímpios



Porto Velho (RO) -A Polícia Federal deflagrou nesta quarta-feira (11) a denominada Operação Eneagrama, visando desarticular esquemas de fraudes em prestações de contas envolvendo treinamentos no âmbito da regional do Inkra em Rondônia.

A ação que decorre de trabalho conjunto da Polícia Federal, com a Controladoria-Geral da União e Ministério Público Federal, resultou no cumprimento de 5 mandados de prisão preventiva e 23 mandados de busca e apreensão, todos expedidos pela 3ª Vara da Justiça Federal em Rondônia. Os mandados estão sendo cumpridos em Brasília (DF), Porto Velho (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Salvador (BA) e Curitiba (PR). O prejuízo apurado até o momento é superior a R\$ 1 milhão.

Durante as investigações, apurou-se que o esquema era formado por agentes públicos, os quais, valendo-se do poder de gestão, direcionavam a contratação irregular de uma empresa específica para realizar eventos, cuja documentação utilizada para prestação de contas continha fortes indícios de fraude, além de não refletir a realidade dos serviços prestados.

Em apenas três dos eventos de capacitação analisados, a soma paga pelo órgão em Rondônia foi de R\$ 1.109.069,86, cujo prejuízo preliminarmente apurado foi de R\$ 1.022.675,62. Mais de 900 pessoas deixaram de ser capacitadas com as fraudes.

Os indiciados responderão, na medida de sua participação, pelos crimes da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), peculato (art. 312 do CP) e associação criminosa (artigo 288 do CP), além da lavagem de dinheiro (artigo 1º da Lei 9.613/98).

O nome da Operação Eneagrama faz referência a uma figura geométrica de nove pontas que funciona como símbolo processual. A ideia é que o fim é sempre o início de um novo ciclo. Essa expressão traduz as supostas fraudes que reiteradamente vinham ocorrendo no Inkra.

Operação Ímpios

Paralelamente, a Polícia Federal também deflagrou na data de hoje a chamada Operação Ímpios, visando desarticular esquema de pagamento de propina a servidores do Inkra feito por proprietários rurais da região de Alta Floresta D'Oeste (RO).

Durante as investigações foi identificado mais de meio milhão em propina para pelo menos seis servidores do órgão. Em troca, os agentes submetiam as conclusões de seus trabalhos aos interesses de grandes fazendeiros daquela região.

A propina era paga mediante diversos expedientes, mas sempre por intermédio de empresa de contabilidade da qual os empresários rurais eram clientes.

Policiais federais cumpriram 5 mandados de prisão temporária e 15 mandados de busca a apreensão nos endereços dos investigados, empresas e órgãos públicos, nos quais se pretende arrecadar veículos, valores e documentos de interesse da investigação.

Fonte: PF/RO